



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 5

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **José Francisco Calado Banha** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Esteve ausente o Presidente da Câmara Municipal de Moura – Santiago Augusto Ferreira Macias e a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives.-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta do Presidente da Câmara Municipal de Moura e da vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives à presente reunião. (doc.01-02/05) - -----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta à presente reunião foi convocado para substituir a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives, o vereador José Francisco Calado Banha. -----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Moura realizada em onze de fevereiro de dois mil e quinze

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Assembleia Municipal de Moura -Sessão Ordinária a realizar no dia 27 de fevereiro de 2015

XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses: Convocatória

Câmara Municipal do Montijo - Moção sobre Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas Áreas Sociais

Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Rendeiros da Herdade dos Machados

Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei n.º 30/2015 de 12 de fevereiro

PRESIDÊNCIA

ATLA - Associação Transfronteiriça Lago Alqueva - Assinatura de Acordo Financeiro

Moção / Delegação de Competências

Proposta de ratificação do Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea de domínio público municipal no Sistema aquífero Moura-Ficalho destinada ao abastecimento público do sistema de Abastecimento de Moura e Ardila

Relatório do 1.º Semestre de 2014 da Empresa Lógica, E.M. para conhecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Atribuição de nome à Rua Projetada no Bairro da Salúquia -----

-----Proposta de Atribuição de Apoio Extraordinário a Associações do Concelho
no âmbito da XXXIV Feira do Artesanato e V Mostra de Aromas e Sabores-----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----Proposta de Aprovação da Ata referente ao processo de candidatura ao
PRATA -----

-----Cobrança do Consumo de Água - Pagamento em Prestações - Consumidor:
Adrião Angelino Alves Branco-----

-----Cobrança do Consumo de Água - Pagamento em Prestações - Cristina
Maria Pica Pato-----

-----Proposta de Constituição de Fundos de Maneio substituindo a apresentada
no dia 23 de dezembro-----

-----Proposta de abertura de procedimento de Concurso Público para a
realização da Empreitada de Remodelação do Pátio dos Rolins, em Moura - 2.ª Fase
/ Aprovação do Anúncio, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos /
Aprovação da Composição do Júri-----

-----DIVISÃO DE APOIO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO -----

-----Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Moura e a Associação
Graal para a implementação do Banco de tempo de Moura -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----

-----Proposta de Plano de Urbanização da Aldeia da Póvoa de S. Miguel -
Abertura de um período de Discussão Pública - Relatório de Ponderação da Ata e
Pareceres emitidos no âmbito da Conferência de Serviços-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período pediu para intervir o vereador Francisco Canudo Sena que o iniciou colocando uma questão à consideração para ponderação relacionada com os comunicados que a Câmara Municipal difunde para informação, quer das atividades por si levadas a cabo, quer de outra natureza, referindo que embora não pretendesse intervir ou interferir no critério da publicação deste tipo de informação, haveria contudo algumas coisas que pretendia esclarecer, tendo a nível profissional também emitido muitos comunicados ao longo desta, referindo a existência de uma regra sobejamente conhecida por todos, que consistiria na informação que se pretendia transmitir, devendo esta corresponder entre outros itens a três que seriam fundamentais; ser oportuna, rigorosa e concisa. Estes três aspectos, prosseguiu o vereador, teriam a ver com a sua intervenção no passado dia 5 de fevereiro deste ano, em que foi emitido um comunicado pela Câmara Municipal, designado "Herdade da Contenda vendeu toda a sua produção de mel de 2014", logo, da sua análise, este comunicado não lhe parecia, nem oportuno, nem rigoroso, aludindo ao segundo parágrafo deste, em que terminaria dizendo: "situando-se próximo dos dois mil quilos para um total de 260 núcleos produtores", sendo óbvio, em sua opinião, que quem havia preparado o comunicado, não teria a obrigação de saber a designação correta, uma vez que não existiam núcleos produtores, os mesmos seriam colónias em evolução, por essa razão acomodadas em caixas com a dimensão de cerca de um terço de uma colmeia, existiriam sim, colmeias produtoras. Mencionou ainda o vereador Francisco Canudo Sena que o rigor neste comunicado não teria sido o mais adequado, ao dizer-se também que haviam sido vendidos cerca de dois mil quilos de mel para um total de 260 colmeias produtoras, cuja equivalência seria de uma produção média por colmeia de 7,69Kg, no entanto, a produtividade média desta andaria próximo dos 20Kg. O vereador deixou então a sugestão que doravante houvesse mais cuidado na triagem da informação. Mais aludiu, face aos comunicados emitidos pela Câmara Municipal, que havia sido também difundido um outro, no dia 16 de fevereiro, relacionado com as "Obras concluídas no troço à entrada de Moura", fazendo menção ao segundo parágrafo que referia o "custo estimado em cerca de 38 mil euros, a intervenção consistiu na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

limpeza de bermas e valetas", contudo ao passar no local verificara a inexistência das bermas regularizadas, e para além do mais, mesmo aceitando como bom o trabalho executado, o troço de 600 metros encontrava-se sem sinalização quer vertical, quer horizontal, o que, em sua opinião constituía algum risco, daí que a informação em causa não se apresentava rigorosa, deixando o alerta à Câmara Municipal para que futuramente houvesse maior cuidado, o que lhe parecia ser exigível nestas circunstâncias. Ainda no uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena abordou uma segunda questão que se prendia com uma recente notícia que vira publicada no Jornal Expresso de 31 de janeiro cujo tema seria, "Alqueva com records mundiais de produtividade" que passou a ler. O vereador Francisco Canudo Sena aflorou esta questão, por a mesma ter sido já falada em anterior reunião de Câmara, a qual à data também presidida pelo vereador e vice-Presidente José Gonçalo Valente, deixando um lamentando que o concelho de Moura não cooperasse nem colaborasse para a produtividade referida, daí também, referiu, que seria de extrema importância que a Câmara Municipal de Moura desenvolvesse acções juntamente com os agricultores e com as instituições ligadas aos mesmos, no sentido de pressionar a entidade competente para o alargamento do regadio ao nosso concelho, sendo que a EDIA havia informado recentemente que os consumos de água de Alqueva estariam muito aquém daquilo que seria esperado, daí a necessidade de fazer rentabilizar o empreendimento a fim de que a área de regadio aumentasse, manifestando ainda que o Partido Socialista estaria em pleno com a Câmara Municipal em todas as iniciativas que, neste âmbito, esta pretenda levar a cabo. -----

-----Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Câmara para aludir que relativamente aos comunicados ficariam anotadas as questões de carácter técnico, para que fossem tidas em conta em qualquer comunicado que se viesse a fazer futuramente, já em relação à questão da pavimentação da estrada localizada na entrada de Moura e à notícia que foi publicada, o Presidente mencionou que esta se reportaria unicamente àquilo que teria sido contratado com a empresa, a pavimentação, apenas a 1ª fase, vindo as outras posteriormente a dar seguimento a esta intervenção. Quando à questão suscitada pelo vereador Francisco Canudo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Sena relativamente ao regadio, o Presidente frisou que pelo menos desde há oito anos a esta parte já teriam sido diligenciadas bastantes iniciativas, lembrando que enquanto Presidente da Assembleia Municipal havia acompanhado algumas vezes o antigo Presidente da Câmara Municipal Dr. José Maria Pós de Mina ao Ministério da Agricultura e do Ambiente, referindo que no actual mandato já haviam sido realizadas várias reuniões com o presidente da EDIA e, do ponto da vista da sociedade mourense em geral e dos agricultores em particular estariam em curso várias iniciativas, designadamente com a Cooperativa Agrícola, pelo que tem havido um esforço por parte da Câmara, apesar de por vezes existir falta de acompanhamento por parte de alguns agricultores, no entanto alguns deles com algumas capacidades optaram por se colocar um pouco à margem, mais por desânimo do que propriamente por falta de vontade ou necessidade, alegando que este tipo de agricultura sempre havia estado planeado para ser feita desta forma e não doutra, juntando a tudo isto, não se verificando alterações naquilo que terão sido as orientações para o aumento do regadio nesta zona, com todas as limitações ambientais impostas pela Rede natura, que, em determinado período compensaria ter os territórios inseridos nesta última, dadas as compensações agro ambientais, entretanto estas circunstâncias sofreram alterações, pelo que neste momento, segundo a opinião da Câmara Municipal e da Cooperativa Agrícola dariam início a um novo processo para "voltar à carga", uma vez que os melhores "barros" os de Santo Amador e Safara, continuavam a ficar à parte, entendendo esta Câmara que seria perfeitamente possível conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento da agricultura. O vereador Francisco Canudo Sena pediu para fazer uma pequena intervenção aludindo desconhecimento face a todas estas iniciativas a decorrer e manifestando satisfação face às mesmas, considerando que de facto se deveria continuar a insistir, assim também como, face a esta matéria não deveria, segundo a sua opinião, existir nenhum tipo de posição pessoal ou política, mas sim uma unidade absoluta. -----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes para, referindo-se aos serviços de saúde neste concelho, mais concretamente com o de urgência, aludiu trazer esta questão à presente reunião de Câmara porque lhe parecia, através da constatação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que vinha a fazer, que este concelho tem vindo a ser constantemente discriminado em termos de serviços de saúde disponíveis à população. Concretizando mais aprofundadamente o vereador António Gomes referiu-se exclusivamente ao serviço de urgência, uma vez que em sua opinião a autarquia necessitaria providenciar diligências para tentar de alguma forma alterar um pouco o contexto actual da prestação dos serviços de saúde neste concelho. Continuou mencionando, que aquilo que vem acontecendo, é que a rede de serviços de urgências nacional teria três níveis de cuidados de urgência; as chamadas urgências polivalentes existentes em hospitais mais diferenciados; as urgências médico-cirúrgicas em unidades hospitalares menos diferenciadas como seria o caso do Hospital de Beja; e uma terceira categoria que seria a dos serviços de urgência básicos, que haviam sido definidos para a cobertura total do país conforme critérios tecnicamente adequados em termos da prestação de cuidados de urgência aos cidadãos. Explicou que no distrito de Beja em concreto teria sido determinado que existiriam serviços de urgência básicos em Castro Verde, Moura e Serpa, no entanto, aludiu, até ao presente dia, Moura ainda não dispunha desse serviço, sendo que o que estaria a funcionar no concelho não corresponderia à designação atrás referida nem ao que estaria definido em portaria como serviço de urgência básico, daí a discriminação face aos outros três concelhos que cumprem integralmente os critérios. Moura não cumpria, porque segundo os critérios, consagrados em lei, este teria que ter, dois médicos, dois enfermeiros e meios complementares de diagnóstico durante 24 horas por dia, no entanto o que estaria a acontecer actualmente no serviço de urgência de Moura seria haver apenas dois médicos e um enfermeiro, reforço feito nesta época devido ao surto da gripe, situação provavelmente transitória. No que se refere aos meios complementares de diagnóstico funcionando estes só até às 23 horas, o que em sua opinião corresponderia a um serviço deficitário. Mais aludiu o vereador que tendo em conta que esta autarquia tem vindo a cooperar sempre de forma ativa e bem junto do serviço de saúde, sugeriu que a Câmara Municipal promovesse algum tipo de iniciativa junto da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, no sentido Moura ter um Serviço de Urgência Básico a funcionar devidamente. A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo atribuiu a designação de Serviço de Urgência Avançado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

a esta unidade, para de alguma forma ultrapassar esta questão, designação esta que actualmente não existe na lei, sendo por assim dizer uma delegação do serviço de urgência do Hospital de Beja. -----

-----No uso da palavra, o Presidente referiu que a saúde e os cuidados de saúde prestados no concelho de Moura seriam uma permanente preocupação para esta Câmara, sendo bastante significativas as provas de preocupação que esta tem nessa área diariamente, através de uma linha aberta em permanência com o Coordenador do Centro de Saúde – Dr. Pinho Valente, tendo no passado ano havido um encontro subordinado ao tema da saúde que decorreu no Cineteatro Caridade onde teriam sido mencionados e reivindicados, não só pela Câmara Municipal mas também por diversas instituições, tudo aquilo que a Câmara achava justo para a população da cidade e dum concelho como este. Mais mencionou o Presidente que, em termos de CIMBAAL, se terão estado a desenvolver acções concertadas com todas as câmaras pertencentes a esta, e, neste momento, de acordo com os critérios definidos nesta portaria, Moura estaria dentro do rácio médico por habitante, que havia sido estipulado ainda no tempo do governo do Partido Socialista, sendo obviamente insuficiente.-----

-----Ainda no âmbito do tema em discussão o vereador António Gomes pediu para clarificar apenas que seria necessário que se entendesse que o Coordenador do Centro de Saúde – Dr. António Pinho Valente, não teria qualquer responsabilidade na área da urgência, por estas dependerem directamente do Hospital de Beja, considerando que este apenas terá responsabilidades na área dos cuidados primários, logo, este assunto não deveria ser tratado com o referido médico, mas sim, com a Unidade Local de Saúde – Conselho de Administração do Hospital. Mencionou ainda, que aquando da realização do encontro realizado no Cineteatro, já atrás referido, a questão prender-se-ia com os médicos de família, sendo essa a principal reivindicação surgida de forma mais premente na altura por ser a mais complicada, tendo sido resolvida, do seu ponto de vista, de forma satisfatória. Voltando a referir que os serviços de urgência seriam diferenciados da rede hospitalar e voltando a frisar ser esta uma questão específica do concelho de Moura, reforçou a ideia de que deverá haver uma diligência directa desta autarquia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

junto de Conselho de Administração da ULSBA, porque numa situação que seria transitória, havia passado já a definitiva. -----

-----O vereador José Banha pediu a palavra para intervir e colocar uma questão relacionada com o Pavilhão das Cancelinhas que lhe havia sido instada por alguns Amarelejenses, e que, segundo se constava, o andamento dos trabalhos teria vindo a abrandar, pelo que questionava se as fases de construção estariam de acordo com o cronograma e ainda se se tem vindo a cumprir todo o plano de pagamento acordado entre as duas partes. -----

-----Foi chamada a intervir a Dr.^a Maria de Jesus Mendes que informou que relativamente à Empreitada haveria uma grande parte da estrutura que seria construída em oficina e posteriormente colocada no local, há semelhança do que seria a próxima fase, as partes laterais do referido Pavilhão. Relativamente aos pagamentos esclareceu, que estaria a ser feito um acompanhamento permanente por parte dos técnicos da empresa, que se deslocavam quinzenalmente à Câmara Municipal, quer para falar com os técnicos e fiscais da obra, quer para falar também acerca dos pagamentos, que a Câmara vinha a articular em função das necessidades até da própria empresa, estando a ser efectivamente cumprido o prazo. Continuou ainda a informar que haviam sido equacionadas duas hipóteses de datas de pedido de prorrogação, por estar a terminar actualmente a 1^a fase consertada, não tendo a Câmara aceite a segunda hipótese que seria de um prazo mais alargado, mas sim, aquele que permitiria cumprir em termos daquilo que se tem feito em termos de trabalhos quer na Câmara, quer daquilo que se tem transmitido à população e do que se pretende em termos de *timing*. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC 03/05



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente resumo diário n.º34, da Tesouraria, referente ao dia 24/02/2015, que regista um saldo de 1.377.685,48€, em Operações Orçamentais. ----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA EM ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE -----

-----Colocada à discussão e análise a ata n.º 3 referente à reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2015, foi a mesma colocada à votação e **aprovada com quatro votos a favor e três abstenções do Presidente, dos vereadores António José dos Santos Gomes e José Francisco Calado Banha, por justificadamente não terem estado presentes na reunião.** -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA -SESSÃO ORDINÁRIA A REALIZAR NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015 -----

----- DOC.04/05 -----

-----Foi presente ofício do Presidente da Assembleia Municipal a dar conhecimento da realização da sessão ordinária desse órgão a realizar no dia 27/02/2015, bem como os documentos constantes na ordem de trabalhos. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: CONVOCATÓRIA -----

----- DOC.05/05 -----

-----Foi presente, para conhecimento, convocatória do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar nos dias 27 e 28 de março no Centro de Conferências de Tróia, Município de Grândola.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO - MOÇÃO SOBRE REGIME JURÍDICO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS NAS ÁREAS SOCIAIS-----

----- DOC.06/05

-----Foi presente email enviado pelo Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal do Montijo, a remeter cópia da Moção sobre o Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas áreas sociais.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - RENDEIROS DA HERDADE DOS MACHADOS-----

----- DOC.07/05

-----Foi presente email remetido pelo Chefe do Grupo Parlamentar do PCP, a divulgar nota do mesmo a questionar o Ministério da Agricultura relativamente à situação dos rendeiros da Herdade dos Machados.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - APRECIÇÃO PARLAMENTAR AO DECRETO-LEI N.º 30/2015 DE 12 DE FEVEREIRO-----

----- DOC.08/05

-----Foi presente email remetido pelo Chefe do Grupo Parlamentar do PCP, a dar conhecimento da Apreciação Parlamentar apresentada pelo mesmo ao Decreto-Lei nº 30/2015 de 12/02 que "Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09" e a intervenção da deputada Paula Santos no Debate Temático sobre a descentralização realizado no Plenário da Assembleia da República.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PRESIDÊNCIA

ATLA - ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA LAGO ALQUEVA - ASSINATURA DE ACORDO FINANCEIRO

DOC.09/05

Conforme aprovado em Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, da Associação Transfronteiriça Lago Alqueva, foi presente proposta de assinatura de Acordo Financeiro.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A ASSINATURA DO ACORDO FINANCEIRO ENTRE A ATLA E OS MUNICÍPIOS DE ALANDROAL, MOURA, MOURÃO, PORTEL, REGUENGOZ DE MONSARAZ E SERPA E AO AYUNTAMIENTOS DE ALCONCHEL, CHELES, OLIVENÇA E VILLANUEVA DEL FRESNO.

MOÇÃO / DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

DOC.10/05

No âmbito do assunto em apreciação, foi presente proposta no sentido da Câmara Municipal de Moura manifestar o seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 25 de janeiro de 2015; o seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, consequentemente, aos Municípios Portugueses e ao Poder Local Democrático e apelar ao Congresso da ANMP, a realizar em 27 e 28 de março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a CRP prevê.

Relativamente ao assunto em apreciação o vereador Francisco Canudo Sena, transmitiu que o Partido Socialista entendia que este seria considerado um assunto que se encontrava em desenvolvimento independentemente de ter sido publicado em Decreto-lei, pois que, vindo a ocorrer no próximo fim-de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

semana o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde a presente matéria também constaria na ordem de trabalhos para ser discutida, esse partido presumia com alguma convicção que ainda haveria desenvolvimentos a ocorrer face a esta matéria. Referiu ainda que, quer pessoalmente, quer politicamente entendia que muitas destas competências seriam importantes ser transferidas para as Câmaras Municipais, defendendo também à semelhança do que faz o executivo, por isso apresentava esta moção, de que os moldes presentes em que essas delegações se encontram previstas e ocorrendo as mesmas através dum contrato interadministrativo, não lhe pareceria que à partida pudesse daí advir ou ocorrer grande inconveniente, uma vez que, sendo um contrato interadministrativo só seria assumido se as duas partes envolvidas assim o entendessem e de acordo com a negociação desenvolvida. Mais referiu que, contudo, e independentemente de mais ou menos pensamentos, mais concordância ou menos discordância, aquilo que para o Partido Socialista seria fundamental era considerar nesse momento prematura a adoção de qualquer posição sobre esta matéria, tendo em atenção aquilo que seriam ainda os desenvolvimentos em curso, daí a intenção de voto que seria a da abstenção. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DO VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A MOÇÃO DE DESACORDO FACE AO REGIME JURIDICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS NAS ÁREAS SOCIAIS APROVADO NO CONSELHO DE MINISTROS DE 25 DE JANEIRO DE 2015 NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA . -----

-----PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO RELATIVO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL NO SISTEMA AQUÍFERO MOURA-FICALHO DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE MOURA E ARDILA-----

DOC.11/05



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente proposta de ratificação, do Contrato de Concessão relativo à utilização dos Recursos Hídricos para captação de água subterrânea de Domínio Público Municipal no Sistema Aquífero Moura-Ficalho destinada ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Moura e Ardila.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO RELATIVO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL NO SISTEMA AQUÍFERO MOURA-FICALHO DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE MOURA E ARDILA. -----

-----RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DE 2014 DA EMPRESA LÓGICA, E.M. PARA CONHECIMENTO-----

----- DOC.12/05

-----Foi presente, para conhecimento, o Relatório do 1º semestre de 2014 referente à Empresa Lógica E. M.-----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes que, relativamente às contas da Empresa Lógica EM, referiu que após esta matéria já haver sido abordada diversas vezes em anteriores reuniões de Câmara, tendo o vereador tido oportunidade de explicitar de forma clara o seu ponto de vista e as suas dúvidas, pretendeu fazer uma referência ao assunto porque, o que se apresentava para conhecimento seria uma informação do revisor que supostamente resultaria de uma resposta às questões por si suscitadas em anteriores reuniões, em que serão feitas algumas referências, sendo uma delas falsa. Disse ainda que as questões que havia suscitado quanto aos valores estariam clarificadas por parte do revisor que teria ido buscar os mesmos às contas da Lógica obviamente, estando naturalmente corretos, contudo, o revisor refere na alínea c) do documento ora apresentado em reunião de Câmara, que a única coisa feita por si no segundo relatório que enviara teria sido a paginação do mesmo, o que não corresponderia à verdade, uma vez que tinha em seu poder as duas versões e verificara que no capítulo 1 – “Âmbito”



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

na versão inicial o primeiro item seria “Análise de cumprimento das posições legais e estatutárias” e na segunda versão este item desapareceria. Continuou o vereador a referir que esta análise não vinha efectuada no documento de origem, mas vinha feita a sua referência deixando de constar. Mais acrescentou que esta questão, do seu ponto de vista, não seria de todo muito importante, sendo que a presente análise teria que ser apresentada sim, nas contas anuais, aqui não teria necessariamente que se fazer, no entanto, o que o revisor não poderia fazer seria dizer que se limitara a paginar o documento. --

-----O Presidente no uso da palavra, sugeriu ao vereador António Gomes que este apresentasse à Câmara todas essas observações por escrito para que *à posteriori* pudessem ser clarificadas essas situações.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO . -----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE NOME À RUA PROJETADA NO BAIRRO DA SALÚQUIA -----

----- DOC.13/05

-----No seguimento de uma sugestão remetida à Câmara Municipal pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal para que se atribua o nome de Rua Alfredo Raposo Massapina à Rua Projetada ao Bairro da Salúquia em Moura. -----

-----Neste âmbito pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para mencionar que a proposta do Partido Socialista sobre a matéria em discussão tratando-se duma matéria que sendo importante pela referência ao homenageado de ver o nome de um mourense atribuído a uma rua de Moura seria sempre algo importante, contudo, não seria urgente, pelo que aquilo que o Partido Socialista propunha à Câmara Municipal seria que a mesma fosse retirada, precisamente com base naquilo que o Presidente acabara de referir, pela seguinte razão, aludiu o vereador que o facto do parecer à União de Freguesias ser feito antes ou depois seria fundamental por se tratar de uma questão de respeito para com a própria Junta de Freguesia, não estando a ser tido em conta o respeito que esta última mereceria. Referiu que a ser verdade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que na antepenúltima reunião de Câmara havia sido votada matéria idêntica sem que este procedimento regular tivesse sido observado, repetir o mesmo erro, entender-se-ia como um desrespeito por se tratar de uma repetição, o que em sua opinião, se numa primeira situação houve um lapso, presentemente não se poderia aceitar semelhante situação, logo, por não ser uma proposta urgente, o Partido Socialista propunha que a presente proposta fosse retirada contudo, caso esta se viesse a manter, e por respeito para com a Junta de Freguesia, o Partido Socialista não poderia votar favoravelmente.-----

-----O Presidente retorquiu que a proposta se manteria por considerar não haver qualquer desrespeito pelo facto de a Junta ser ouvida posteriormente, uma vez que o assunto poderia sempre voltar às reuniões de Câmara, considerando que para a Câmara não lhes parecia ser fundamental para o fim a que esta se destinava.-----

-----O vereador Francisco Canudo Sena manifestou discordar da opinião do Presidente, uma vez que, ao ser decidido naquele momento a atribuição do nome à Rua Projetada à Avenida da Salúquia, a decisão estaria tomada, logo o parecer da Junta de Freguesia não valeria para nada. Mais informou que, seguramente ninguém teria dúvidas que a Junta de Freguesia concordaria tendo em atenção a personalidade de que se tratava, no entanto, o que se apresentaria como mais correto seria a emissão do seu parecer tal como se encontrava estipulado na Lei 75/2013. Referiu ainda que os vereadores do Partido Socialista em votação anterior de forma absolutamente normal e pacífica partindo do pressuposto tratar-se de um lapso, acertaram em que a consulta pudesse ser feita posteriormente, no entanto, decidir da mesma forma depois de se saber quais os trâmites, considerava um desrespeito, pelo que, em sinal de tal o Partido Socialista não poderia votar favoravelmente a proposta. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO NOME DE RUA ALFREDO RAPOSO MASSAPINA, À RUA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PROJETADA AO BAIRRO DA SALÚQUIA EM MOURA, E ENVIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR PARA EMISSÃO DE PARECER .--

-----O vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para deixar transcrito em ata, como Declaração de Voto, que o voto contra do Partido Socialista assentaria considerar que esta decisão não havia respeitado a Junta de Freguesia.-----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO A ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO NO ÂMBITO DA XXXIV FEIRA DO ARTESANATO E V MOSTRA DE AROMAS E SABORES -----

----- DOC.14/05

-----No âmbito da realização da XXXIV Feira do Artesanato e V Mostra de Sabores, foi presente proposta em que se submete a apreciação do Órgão Executivo a atribuição de apoio extraordinário às seguintes entidades: Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal – 75€; Comissão de Festas de Santo António em Santo Aleixo – 150€; Centro Recreativo Amadores de Música “Os Leões” – 150€; Núcleo Sportinguista de Moura – 150€; Clube Mourense Amadores de Pesca e Caça Desportiva – 150€; Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 150€; Moto Clube de Moura – 150€; Associação de Festas em Honra de N^a Sr^a das Necessidades (TOMINA) – 150€ e Associação Cultural em Honra de N^a Sr^a do Carmo – 150€, para fazer face a iniciativas a despesas inesperadas decorrentes do certame mencionado em epígrafe. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO ÀS SEGUINTE ENTIDADES: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL – 75€; COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO ANTÓNIO EM SANTO ALEIXO – 150€; CENTRO RECREATIVO AMADORES DE MÚSICA “OS LEÕES” – 150€; NÚCLEO SPORTINGUISTA DE MOURA – 150€; CLUBE MOURENSE AMADORES DE PESCA E CAÇA DESPORTIVA – 150€; ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA – 150€; MOTO CLUBE DE MOURA – 150€; ASSOCIAÇÃO DE FESTAS EM HONTA DE N^a SR^a DAS NECESSIDADES



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

(TOMINA) – 150€ E ASSOCIAÇÃO CULTURAL EM HONRA DE N^a SR^a DO CARMO – 150€, PARA FAZER FACE A INICIATIVAS A DESPESAS INESPERADAS DECORRENTES DO CERTAME MENCIONADO EM EPÍGRAFE .--

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----DESIGNAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (PEPAL), DOS ORIENTADORES DOS ESTÁGIOS, DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS E FÓRMULA (S) DE AVALIAÇÃO CURRICULAR. -----

----- DOC.15/05

-----Foi presente proposta no âmbito do programa de estágios profissionais na Administração Local (PEPAL), de designação dos orientadores dos estágios, definição dos parâmetros de avaliação dos candidatos e fórmula (s) de avaliação curricular.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (PEPAL), DOS ORIENTADORES DOS ESTÁGIOS, DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS E FÓRMULA (S) DE AVALIAÇÃO CURRICULAR. -----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ATA REFERENTE AO PROCESSO DE CANDIDATURA AO PRATA -----

----- DOC.16/05

-----Na sequência da reunião da Comissão de Avaliação do Programa PRATA realizada a 03/02/2015, foi presente para homologação a Ata da mesma referente à análise da candidatura da Pastelaria Amorosa, Sociedade Unipessoal, Lda. referente ao Processo 01/2015, nos termos da informação nº 5/DADGFRH DE 19/02/2015.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, HOMOLOGAR A ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PRATA, REFERENTE AO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PROCESSO 01/2015, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO Nº 1/DADGFRH DATADA DE 19/02/2015.-----

-----COBRANÇA DO CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - CONSUMIDOR: ADRIÃO ANGELINO ALVES BRANCO-----

----- DOC.17/05

-----Foi presente informação da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos – Secção de Águas e Saneamento, a propor o pagamento do consumo de água em seis prestações mensais, no valor de vinte euros cada, ao munícipe Adrião Angelino Alves Branco, residente na Travessa da Espada Larga, n.º 14 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA EM SEIS PRESTAÇÕES MENSAIS, NO VALOR DE VINTE EUROS CADA, AO MUNÍCIPE ADRIÃO ANGELINO ALVES BRANCO, RESIDENTE NA TRAVESSA DA ESPADA LARGA, N.º 14 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA. -----

-----COBRANÇA DO CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - CRISTINA MARIA PICA PATO -----

----- DOC.18/05

-----Foi presente informação da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos – Secção de Águas e Saneamento, a propor o pagamento do consumo de água em duas prestações mensais, de igual valor, à munícipe Cristina Maria Pica Pato residente na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Moura, lote 4 r/c esq. da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA EM DUAS PRESTAÇÕES MENSAIS, DE IGUAL VALOR, À MUNÍCIPE CRISTINA MARIA PICA PATO RESIDENTE NA AVENIDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA, LOTE 4 R/C ESQ. DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO SUBSTITUINDO A APRESENTADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO -----

----- DOC.19/05

-----Na sequência de deliberação de Câmara, considerando que as verbas atribuídas a alguns detentores de fundos de maneo são insuficientes para as aquisições consideradas urgentes e inadiáveis nas classificações atribuídas e, que algumas destas classificações não são utilizadas pelos serviços ao longo do mês, foi presente proposta no sentido de que a constituição de fundo de maneo apresentada no passado dia 23 de dezembro, seja substituída pela presente. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE FUNDO DE MANEIO EM SUBSTITUIÇÃO DA
APRESENTADA NO PASSADO DIA 23 DE DEZEMBRO ÚLTIMO . -----**

-----PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO PÁTIO DOS ROLINS, EM MOURA - 2.ª FASE / APROVAÇÃO DO ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS / APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI -----

----- DOC.20/05

-----Foi presente proposta para aprovação de abertura de procedimento de Concurso Público para a realização da Empreitada de Remodelação do Pátio dos Rolins, em Moura - 2.ª fase; A aprovação das peças de procedimento: Anuncio; Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos, que o júri seja composto pelos seguintes elementos: Arqº Nuno Moquenco – Presidente, Engº José Martinho – 1º Vogal, Engº Francisco Gomes – 2º Vogal, José Caeiro e Sofia Limpo – Suplentes, e ainda que todas as competências do órgão competente para decisão de contratar, sejam delegadas no júri, à exceção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos ou para a decisão de adjudicação, nos termos e com os fundamentos da informação nº1/2015 da DOMC datada de 20/02/2015. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE
ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO PÁTIO DOS ROLINS, EM MOURA - 2.ª FASE; A APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO: ANUNCIO; PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS, QUE O JÚRI SEJA COMPOSTO PELOS SEGUINTE ELEMENTOS: ARQº NUNO MOQUENCO – PRESIDENTE, ENGº JOSÉ MARTINHO - 1º VOGAL, ENGº FRANCISCO GOMES – 2º VOGAL, JOSÉ CAEIRO E SOFIA LIMPO – SUPLENTE, E AINDA QUE TODAS AS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA DECISÃO DE CONTRATAR, SEJAM DELEGADAS NO JÚRI, À EXCEÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS OU PARA A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº1/2015 DA DOMC DATADA DE 20/02/2015. -----

-----DIVISÃO DE APOIO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO-----

-----PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A ASSOCIAÇÃO GRAAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE TEMPO DE MOURA-----

----- DOC.21/05

-----No âmbito da informação da DASSE (Divisão de Ação Social Saúde e Educação), foi presente proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Moura e a Associação GRAAL para a implementação do Banco de Tempo de Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A ASSOCIAÇÃO GRAAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE TEMPO DE MOURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº4 DE 12/02/2015 DA DASSE .-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ALDEIA DA PÓVOA DE S. MIGUEL - ABERTURA DE UM PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA ATA E PARECERES EMITIDOS NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS -----

----- DOC.22/05

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal, exarada na informação nº 160 de 18/02/2015 da DPAU, de aprovação de Plano de Urbanização da Aldeia de Póvoa de S. Miguel, alterada de acordo com as observações, objecções e sugestões formuladas pelas entidades que emitiram parecer durante a conferencia de serviços, remeter a proposta de plano, para conhecimento das entidades representadas na mesma e proceder de imediato à abertura de um período de discussão pública nos termos do nº3 da citada informação.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ALDEIA DE PÓVOA DE S. MIGUEL, ALTERADA DE ACORDO COM AS OBSERVAÇÕES, OBJEÇÕES E SUGESTÕES FORMULADAS PELAS ENTIDADES QUE EMITIRAM PARECER DURANTE A CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS, REMETER A PROPOSTA DE PLANO PARA CONHECIMENTO DAS ENTIDADES REPRESENTADAS NA MESMA E PROCEDER DE IMEDIATO À ABERTURA DE UM PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DO Nº3 DA CITADA INFORMAÇÃO. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período não se registaram intervenções. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 25 de fevereiro de 2015

PRESIDENTE:

SECRETÁRIO: